

A ESCRITA DIDÁTICA DA HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: Um olhar sobre a temática na década de 1970

MARIA TELVIRA DA CONCEIÇÃO¹

O que constitui problemática na escrita didática da história produzida na década de 1970 sobre o negro? Quais os pressupostos que norteiam essa escrita história acerca da temática no período em questão que possibilitaria compreender essa relação e, particularmente a necessidade de reorientar uma escrita nesse âmbito? O texto que segue não faz um inventário dessas problemáticas, porém assinala algumas das questões que permeia a discussão. Sobretudo a partir do diálogo com o saber historiográfico que configura a escrita didática no referido período.

Colocar sob exame a escrita didática da história na década de 1970 para compreender o que constitui problemática na escrita didática da história produzida na década de 1970 sobre o negro, é a meu ver uma discussão que precisa tomar seu lugar na produção do conhecimento historiográfico e, subsidiar um campo temático da maior importância, inclusive porque está posto na interseção de duas relevantes áreas do conhecimento, a história e a educação.

A década de 1970 é tida como uma década de inquietações acadêmicas no que se refere a necessidade de discutir o ensino de história de uma forma geral. E nesse processo a revisão do livro didático foi posto como uma das questões mais urgentes e fundamentais da revisão do ensino de história que tomou corpo na década seguinte. Nesse contexto, é relevante indagar: como a escrita didática da história enfrentou a temática do negro? Quais as representações sobre esse sujeito histórico orientaram um conhecimento escolar no período?

1. Apresentando uma escrita a partir do seu perfil: Interlocuções

Os dados que compreendem a discussão desse texto, conforme já assinala anteriormente têm como fonte cinco (5) obras didáticas escritas na década de 1970: *História do Brasil* 2º v., de Luciano Ramos de 1970; *História do Brasil – colônia*, de

¹ Universidade Regional do Cariri/URCA. Doutoranda. CNPq

autoria de Alcione Abramo, edição de 1975, *História do Brasil*, de Maria Januária Vilela Santos edição de 1975, *História Fundamental do Brasil - Estudo dirigido e pesquisa-v.1 e 2*, de Maria Efigênia Lage Resende, edição de 1977

São obras escritas por diferentes autores e editadas por editoras nacionais: Todas elas foram reeditadas: Sendo duas (02) obras na 5ª edição; duas (02) na 7ª edição e uma sem informação sobre este dado. Quanto as editoras, têm a chancela da antiga editora Bernardo Alvares S.A, já extinta; Editora do Brasil e, da editora Ática. Desse ponto de vista são textos que tiveram um uso razoavelmente médio, excetuando História Fundamental do Brasil na 9ª edição. As demais se situam entre 5ª e a 7ª edição.

Outro aspecto fundamental a ser ressaltado é com relação a formação acadêmica e a experiência docente dos autores: 75% têm Graduação em História e 25% noutra área. A mesma porcentagem observa-se na titulação: 75% tem Doutorado e somente 25% apenas não possui esse título. Além da formação há de se destacar que 50% dos autores têm experiência no ensino de 1º grau e 75% no ensino superior. Esses dados qualificam no meu entendimento a interpretação da História do Brasil nesse gênero de escrita. E mais do que isso, credita à escrita didática um valor fundamental como interpretação da história na sua função de saber histórico e de especialidade. Nesse sentido, retomo o argumento de Husen quando afirma que “A formatação do saber histórico obtido pela pesquisa e sua função na vida prática dos historiadores e das historiadoras tem de ser seriamente levados em conta, em sua concepção de especialidade, como fatores originais e essências da matriz disciplinar da ciência da história” (HUSSEN, 2007:12).

Por fim, é fundamental ressaltar que todas as obras são destinadas ao ensino de 1º e 2º graus. Quatro delas destinadas ao ensino de história do 1º grau (5ª série) e apenas uma dirigida ao ensino do 2º grau. E neste aspecto, embora não seja o foco da discussão, é relevante chamar atenção para a configuração curricular das obras. Das cinco obras, todas apresentam uma proposta pedagógica simplificada em termos de complexificação da articulação do conhecimento historiográfico e pedagógico; da diversidade das atividades e recursos didáticos mobilizados no desenvolvimento, assim como das deficiências em relação à exploração de habilidades cognitivas no tratamento do conhecimento historiográfico.

Em função do contexto político e educacional em que foram escritas, as obras atendem de uma forma geral a idéia dos estudos sociais, como perspectiva de organização curricular. Especificamente porque a legislação educacional em vigor naquele momento determinou em 1971 a criação dos Estudos Sociais. Embora reconhecendo a escrita didática como gênero construído na fronteira disciplinar da história e da educação, me deterei especificamente na análise do conteúdo historiográfico desse material, iniciando por situar as temáticas historiográficas com as quais dialogou essas obras na década de 1970.

1.1. As temáticas historiográficas abordadas nas obras

A escrita didática da história é uma escrita situada no seu tempo e, portanto é fruto do contexto onde foi produzida. Primeiro porque, além das demandas advindas das políticas educacionais e das finalidades institucionais e formativas que se inscrevem nesse processo, a escrita didática dialoga com a ciência de referência e, portanto com as grandes temáticas, objeto de análise dos historiadores.

Nesse aspecto é fundamental situar a escrita das obras analisadas quanto as temáticas com as quais dialogou na década de 1970. E, nesse sentido percebe-se que as cinco obras analisadas, abordaram grandes temáticas objeto da historiografia daquele momento, tais como, colonização, expansão territorial, formação da cultura nacional, independência; administração política, formação social, economia; política externa, movimentos sociais, a formação do estado nacional, e no caso da obra *História do Brasil* de Luciano Ramos com uso previsto também no ensino de 2º grau, questões relacionadas à formação da República.

Todas essas temáticas aparecem periodizadas em três grandes recortes temporais adotados pela historiografia tradicional e aceita pelos historiadores; Colônia, Império e; República e, oferecem uma interpretação da História do Brasil aos escolares na década de 1970. Não obstante, a inclusão das temáticas abordadas nessas obras, entendemos constituir uma referência fundamental para a compreensão dessa problemática, compreender quais são as características da interpretação historiográfica dessas temáticas no conjunto dessas obras, e assim situá-las do ponto de vista da construção de

uma interpretação sobre a História do Brasil. Pois, é com base nesta que se construiu uma narrativa sobre a experiência histórica do negro, no período estudado.

1.2. Características da interpretação historiográfica das obras analisadas

As obras analisadas apresentam elementos pouco diversificados em termos de abordagem teórico-metodológicas. Via de regra, a diversidade desses diálogos, inclusive no mesmo texto é uma das características inerentes a esse gênero de escrita. No entanto, das cinco obras analisadas, observa-se que apenas (uma) faz uso simplificado no tratamento de algumas temáticas de noções conceituais vinculadas ao marxismo. As demais, abordam a História do Brasil através de uma narrativa cronológica e descritiva dos fatos e acontecimentos.

No caso da obra *Ensino Criativo do Brasil – Colônia* (1975) o conceito de classe foi utilizado para interpretar a composição social da colônia, conforme expressa o texto: “A primeira classe social era formada pelos colonos portugueses e seus descendentes que tinham recebido e conquistado terras no Brasil. Eram os mais ricos e considerados “homens bons”, podendo participar das câmaras municipais. Possuíam latifúndios que prosperavam através do trabalho escravo. Mulheres, crianças, agregados e escravos deveriam obedecer e respeitar o senhor de engenho” (ABRAMO, 1975:43).

Além da formação social, a noção conceitual de classe também foi empregada na obra, para explicar no texto principal, a “formação da cultura brasileira”, em particular a idéia de manifestação cultural. Pois segundo a obra, “o Brasil-Colônia nos séculos XVI e XVII apresentava uma cultura própria às duas classes sociais em que se encontravam divididas. cultura livresca e importada pelos intelectuais e artistas da época vinda da Europa ou aqui imitada. E, uma cultura popular, com valores autênticos, nascidos do próprio povo e cuja força chegou aos nossos dias, incorporada na vida nacional” (ABRAMO, 1975:82).

Outro elemento considerado na descrição da interpretação historiográfica nessas obras foi a categoria temporal. E nesse sentido, das cinco obras analisadas apenas uma delas explicitou a concepção de tempo. As demais, embora não contemplem em textos específicos a explicitação da idéia de tempo, apresentam como características quanto a compreensão temporal, a cronologia marcada pela idéia de um tempo evolutivo.

A obra *História Fundamental do Brasil* (1977), destinada aos escolares da 5ª série, considera que a história é o resultado da articulação de três elementos, “o homem, a terra e o tempo”, que influenciam a ação do homem. Embora dessa ação resulte a história ela não depende da vontade do sujeito. Dessa forma, afirma a autora da obra: “o homem é o fator principal da História, pois a organização política, social e religiosa de qualquer povo é determinada pelas suas ações”. Porém essa organização na visão do autor não depende exclusivamente da vontade do homem, ela está relacionada com as possibilidades da terra e com a evolução do homem através dos tempos (RESENDE, 1977:20).

A idéia da evolução do tempo, seqüenciado e sem interrupções constitui a principal compreensão da obra no tratamento dado à História do Brasil. Assim concebido, o tempo com o qual opera a obra, reconhece a ação dos homens como “fatos históricos” mas numa relação de “causa-fato-consequência, que constitui o processo de desenvolvimento da história. Essa seqüência repete-se , portanto, na história, sem interrupções”.

“A história constituída somente de acontecimentos passados” é a compreensão que norteia a representação no esquema 01. O passado como lição para o presente e possibilidade de redimensionar o futuro, conforme texto: ”... a grande importância da história está na influência que exerce em nossa vida atual. Assim, verificamos que os atos humanos do passado influem no momento em que vivemos, e as nossas ações, por sua vez, irão influenciar no futuro” (RESENDE, 1977:20).

O tempo pensado como evolução, portanto justifica na obra o entendimento sobre a periodização da história para tratar do “desenvolvimento da humanidade” em: Pré-História e História, cancelados pela utilização do fogo, aperfeiçoamento das armas, a vida coletiva e as primeiras manifestações religiosas, para caracterizar o que seria pré-história e, a invenção da escrita para caracterizar a história.

A exemplo da Obra de Maria Efigênia Lage de Resende, nas demais, *História do Brasil – Colônia* (1975), *História do Brasil* (1975) e *História criativa do Brasil-Colônia*, o tempo é evolutivo e linear. Nesse sentido, as obras não operam com as categorias temporais de mudanças e permanências e simultaneidade na explicação, por exemplo,

posto que a abordagem é marcadamente norteada pelo entendimento da periodização seqüenciada.

A concepção de tempo mediado pelo emprego de uma cronologia básica portanto, fundamenta essa escrita, enquadrando-a na concepção ranqueana da história mestra da vida do século XIX. E nesse sentido, cabe trazer para o entendimento dessa escrita, não apenas a reflexão sobre o seu atraso na incorporação da renovação da ciência de referência, posto que esse é um dos aspectos que marca a singularidade da escrita didática, mas sobretudo o significado que tem na interpretação dos fatos e experiências da história do Brasil na década de 1970, o tempo pensado como categoria única para organizar a inteligibilidade dessas experiências, inclusive do negro. O tempo sem problematização. É o que marca o tratamento dessa categoria na abordagem da História do Brasil. E aqui temos um problema com o entendimento do tempo focado apenas no aspecto cronológico que incide sobre uma interpretação da experiência do negro nessa escrita.

A cronologia, como ciência auxiliar, segundo entende Koselleck, “responde às questões sobre datação à medida que anula as diferenças entre os inúmeros calendários e medidas de tempo empregados ao longo da história, reunindo-os em um único tempo, regido segundo o nosso sistema planetário e calculado segundo as leis da física e da astronomia. Esse tempo único, natural, passa a ter então, o mesmo valor para todos os habitantes da terra...”. O paradigma do tempo único e datado portanto, reforça nas obras não somente uma idéia de verdade sobre os fatos, mas também a limitação de alguns sujeitos na história do Brasil.

Exemplos que permeiam a escrita podem ser identificados tanto na explicação do texto principal quanto no texto imagético. É o que verificamos na obra História Fundamental do Brasil v. 1, que concebe como fundamentos da História do Brasil o meio físico e geográfico e o desenvolvimento histórico. De acordo com a obra, esses dois elementos:

São, de grande importância para o estudo da história de um povo o conhecimento do meio físico no qual se desenvolve todas as atividades necessárias à sua sobrevivência. As condições oferecidas pela terra vão influenciar os meios de vida desenvolvidos em cada região. Assim, podemos dizer que: Todo desenvolvimento de um povo está relacionado com a terra e as possibilidades que ela oferece; Não existem condições de desenvolvimento de um povo sem a utilização e a transformação dos recursos naturais da terra”. (RESENDE, 1977:11).

Outro elemento considerado na análise das obras, foi a contextualização dos fatos e temáticas abordadas. E nesse aspecto, o conjunto da escrita evidencia fragilidades e ausências significativas. Por exemplo: Na *História Fundamental do Brasil* v. 1, a contextualização ocorre somente na abordagem sobre a expansão marítima, tema tratado na primeira unidade; da mesma forma, na obra *Ensino criativo do Brasil-Colônia*, lições 2 e 3; quando aborda sobre a presença dos franceses e holandeses no Brasil, no século XVII. Nos demais tópicos em que se desenvolve a evolução dos fatos e acontecimentos, não se verifica de forma satisfatória essa consistência. Na obra *História do Brasil*, de Maria Januária Vilela Santos e *História do Brasil* de Luciano Ramos, há mais ênfase, porém ainda deixa a desejar.

O que se observa no conjunto das obras analisadas é que a explicação da História do Brasil é marcada ora pela ausência de contextualização ora pela sua fragilidade. Exceto a obra *História Fundamental do Brasil* dirigida à 5ª série, que intitulado “Quadro histórico da época”, minimamente contempla elementos contextuais. Com relação às demais obras a contextualização se apresenta melhor definida quando se trata das grandes navegações. A constatação acerca desse elemento de inteligibilidade na abordagem do conhecimento histórico, certamente não decorre necessariamente da singularidade do gênero, mas interpreto como um aspecto frágil da escrita analisada, a qual deve ser considerada como subsídio na mensuração da problemática aqui discutida.

Quanto à abordagem conceitual, me detive apenas na identificação e, na concepção que orienta o seu emprego no tratamento da História do Brasil. Nesse aspecto é relevante assinalar que na ordem de recorrência e, menos pelo rigor como é articulado na inteligibilidade da interpretação. Levo em conta a idéia de generalização e polissemia que marca a idéia de conceito, conforme acepção de Koselleck (2006 p. 108), ao me referir aos conceitos ou suas noções mobilizados na escrita analisada. Para esse historiador, “conceitos sociais e políticos contém uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos. (...) os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados” (KOSELLECK, 2006:108-109).

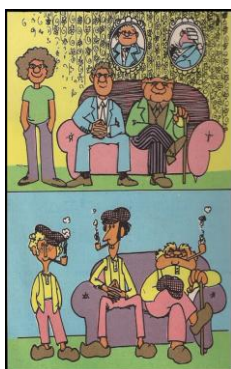
Nessa concepção, verifica-se como conceitos estruturantes nas cinco obras analisadas os seguintes: colonização, cultura, civilização, nativismo e trabalho, sobre os quais

agregam-se uma série de fatos e acontecimentos da História do Brasil. E assim se apresentam. Por exemplo, na obra *História do Brasil* de Maria Januária Vilela Santos, colonizar: “é aproveitar uma terra que está sem serventia, trazendo gente para morar nela, desenvolvendo a agricultura, fundando vilas, etc” (SANTOS, 1975:58). Em *História Fundamental do Brasil* v. 2 ed, o significado de colonizar está datado, cujo marco foi a criação das Capitânicas Hereditárias em 1530 e, portanto se concretiza com a efetivação do povoamento “As capitânicas hereditárias iniciaram verdadeiramente o processo de colonização do Brasil. Esse processo foi sendo completado à medida que novos problemas surgiam e a Metr pole ia alterando o esquema traçando inicialmente.” Entende a autora. (RESENDE, 1977:76 e 132)

Outro conceito organizador de diversas experiências históricas nas obras   do de cultura. Nessa perspectiva, assinala-se que ora a trata como sin nimo de civiliza o, a exemplo da obra *História Fundamental do Brasil* v. 2. Ora como herança, ou acomoda o. Na obra *História do Brasil* de Maria Januária Vilela, a no o de cultura está empregado como sin nimo de expressões ou seja seus produtos, nesse caso, a obra concebe nessa categoria, a educa o, a literatura, traços da arquitetura, expressão musical, ourivesaria e a escultura, como cultura do Brasil.

Na obra *Ensino Criativo do Brasil-Colônia* de Alcione Abramo, a no o de cultura está associada a idéia de que ela foi formada, inicialmente pela a o educativa dos jesuítas. Embora reconheça que entre os séculos XVI e XVII “tenham havido apenas um esforço de identifica o com a cultura européia” e, considere que “os intelectuais da colônia não tenham considerado como importante o que havia de verdadeiro na forma o cultural”, infere uma no o de influência cultural limitada ao aspecto da língua, religião, culinária, música e supersti o como contributo dos grupos que formou o povo brasileiro.

Na obra *História do Brasil* de Luciano Ramos, a no o de cultura aparece vinculada à idéia de herança. Além desse aspecto, a idéia de cultura brasileira é datada enquanto um marco de seu início no princípio da coloniza o. Porém, o argumento que embasa essa interpreta o da cultura como herança está melhor exemplificado no texto escrito e imagético reproduzido abaixo na *imagem 01*, retirado do livro didático de Luciano Ramos:



As pessoas do outro desenho não são fisicamente parecidas; o menino é loiro e sardento, o moço é alto e moreno e o velho é baixo e ruivo. Mas eles também pertencem a uma mesma família. Como percebemos isso? Através da roupa e do cachimbo iguais em todos. Entre eles não se percebe herança biológica. Existe, porém, um outro tipo de características que não são transmitidas pela hereditariedade: essas características constituem a herança cultural. As pessoas não nascem vestidas, é claro. Elas aprendem a se vestir, desta ou daquela forma. Os personagens desta figura, por exemplo, se vestem de um modo diferente do nosso. É como fumar: ninguém nasce sabendo; geralmente é mau costume que só os mais velhos praticam. Tudo aquilo que aprendemos, tanto nas coisas boas como as más, fazem parte da nossa herança cultural. (RAMOS, 1970:14)

Na obra *História do Brasil* v. 1, de Maria Efigênci Lage de Resende,

a noção de cultura no primeiro momento serve para explicar a miscigenação entre os três elementos formadores do povo brasileiro, a partir da superioridade e predominância do elemento europeu. No entanto, o reconhecimento da mistura das raças como organizadora da base da cultura brasileira, também vem acompanhada no argumento da autora da idéia que essa superioridade européia se dá pelo fato de ser esta mais avançada e que foi um processo natural, conforme o texto: “Sendo o português o elemento dominador e portador de uma cultura mais avançada, foi natural que nossos hábitos e costumes foram profundamente marcados por sua influência. Assim, a herança portuguesa foi fundamental, manifestando-se em todos os aspectos da cultura brasileira” (RESENDE 1977:157).

Nessa perspectiva da mistura, cada um tem o seu contributo, conforme representa a *tabela 01*:

Já no volume 2, de *História Fundamental do Brasil*, a noção de cultura só é mencionada quando trata do declínio do sistema colonial, como um dos elementos que o influenciou. Porém, a abordagem foca-se nas realizações que a autora intitula de “Transformações culturais” e, para tanto faz referência, por

PORTUGUÊS	AFRICANO	INDÍGENA
- a Língua portuguesa	- mistura de práticas religiosas com o catolicismo dos senhores	- o uso do milho e da mandioca;
-a religião católica		- o fabrico de cestas e redes;
- a organização da família	-introdução de danças, como o samba, o côco e a capoeira	- processos de caça e pesca;
- os tipos de construção civil e religiosa	-introdução de variedades culinárias de origem africana, como vatapá e o acarajé;	- denominação de muitos acidentes geográficos do Brasil
Fonte: Adaptado da Obra <i>História Fundamental do Brasil</i> . Dados da pesquisa.	- aparecimento do mulato nas regiões agrícolas e mineradoras	- aparecimento do mameluco nas áreas de pecuária.

exemplo, “a fundação de escolas e academia de ensino superior: academias e escolas de Artilharia; a instalação da Imprensa Régia e da biblioteca e, por fim a vinda da missão francesa” (RESENDE, 1977:42). Em nenhuma, portanto, das realizações que

exemplificam essas transformações alcança a cultura misturada dos elementos africanos que deu base a cultura brasileira.

Sobre o nativismo, constitui no conjunto da escrita analisada, um conceito presente em todas as obras congregando como idéia fundante de um “um sentimento brasileiro”. Na obra *História do Brasil* de Maria Januária Vilela Santos, é explicado como um sentimento de oposição entre brasileiros e portugueses: “Os brasileiros começaram a pensar mais na defesa de seus interesses particulares e nos interesses de todo o Brasil. Houve lutas entre brasileiros e portugueses. Essa nova maneira de pensar e agir chamou-se nativismo”(SANTOS, 1975:116).

Em *História criativa do Brasil-Colônia*, o nativismo é entendido como consequência das “invasões francesas e da ocupação holandesa no Brasil” (ABRAMO,1975:45) e, aprofundado no contexto de “insatisfação da população brasileira” que se tornava cada vez mais contrários ao domínio de Portugal, aumentando o sentimento nativista” (ABRAMO,1975:67). Para a autora expressão de nativismo foram respectivamente, a Revolta de Beckman, a Guerra dos Emboabas e dos Mascates, a Revolta de Filipe dos Santos, a Inconfidências Mineira e a Revolta dos Alfaiates. (ABRAMO,1975:67-68).

Na obra *História Fundamental do Brasil* v. 1, embora a autora reconheça a dificuldade de “estabelecer precisamente em que momento começou a surgir no Brasil o sentimento de nativismo”, infere a idéia que ele se inicia quando “a população da colônia começou a sentir-se um povo, diferenciado do português (...). O nativismo surgiu da defesa, pelo colono, de seus interesses pessoais, que com o tempo evoluiu para a defesa dos interesses da terra” (RESENDE,1977:171). Por fim, classifica o caráter dessas expressões como “local”. E embora “tivessem objetivo de independência, não tiveram condições de apresentar idéias bastante claras quanto a seu objetivo – independência local ou nacional?” (RESENDE, 1977:171). No volume 2, a idéia de nativismo é vagamente reforçada na independência do Brasil, entendida pela autora como “Uma revolução legítima”, iniciada como resposta as chamadas políticas de recolonização das Cortes Portuguesas (RESENDE,1977:47). Para a autora “A idéia de separação completa de Portugal só apareceu no último momento imposta pela atitude cada vez mais colonizadora das Cortes” (RESENDE,1977:49). E, teve D. Pedro como o protagonista de maior expressão na efetivação.

Os elementos historiográficos até aqui mencionados, embora tratados com a finalidade mais descritiva e, para situar aspectos da interpretação e exposição dessa escrita aos escolares da década de 1970, na minha pretensão são fundamentais na medida em que ajuda compreender como se configura o tratamento da História do Brasil e, nele as interpretações sobre a experiência histórica do negro nessa escrita.

2.A distribuição da experiência social do negro na escrita didática na década de 1970:

A perspectiva de compreender como toma forma e se desenvolve a produção de um conhecimento na escrita didática da história sobre o negro na segunda metade do século XX, certamente é uma questão que não deve prescindir do alcance da narrativa na inteligibilidade dessa interpretação. Primeiramente, porque a escrita didática dá forma, validade e função prática ao saber histórico, naquilo que Rusen chama de formação histórica.

Entendida por Rusen como um campo do pensamento histórico, a formação histórica é na definição do autor, “todos os processos de aprendizagem em que a ‘história’ é o assunto e que não se destina, em primeiro lugar, à obtenção de competência profissional” (RUSEN, 2001:48). Nessa perspectiva o ensino de história encontra, portanto seu lugar na reflexão da ciência histórica, como um dos processos de aprendizagem da história. Entendido por Rusen em seu sentido geral como “uma exposição do saber histórico”. A escrita didática, portanto, “redigida com o objetivo de ensinar” é mediadora dessa relação.

Assim posto, reforço a minha indagação central anunciada no início desse texto: qual o lugar do negro na escrita didática da história anteriormente esboçada e, que subsidiou a formação histórica dos escolares na década de 1970? Assim posto, tomei como referência as narrativas dessa escrita e suas representações, uma vez que sob o signo da narrativa efetiva-se no argumento de Hussen “uma forma possível de apresentação historiográfica, dentre outras” (HUSEN,2007:24-25). Além da produção de sentido dado ao passado e transformado em história. E, nesse caso aproximado dos estudantes nos mais diferentes contextos.

Aplicado ao estudo aqui apresentado, mesmo que parcialmente concluído, conforme já indicado no princípio desse texto, entre os aspectos que gostaria de destacar sobre o lugar e as representações do negro nessa narrativa da década de 1970, estão: o sentido da narrativa da escrita didática da década de 1970 privilegia uma história da cultura e do trabalho como referência fundamental de interpretação da experiência passada do negro na História do Brasil. Sobre tais referências se desenrola o conhecimento sobre sua história. Fundamento o meu argumento recuperando alguns exemplos tanto no texto escrito quanto imagético das obras analisadas.

Se você fosse um aluno do 1º Grau em 1977, no Brasil iria provavelmente ter a oportunidade de assistir a aula 22 “As bases portuguesas da cultura brasileira” do livro de Luciano Ramos e, aprender uma narrativa sobre a cultura brasileira que tem na cena, três grupos como personagens “miscigenados”, porém, somente um tem a primazia na condução da narrativa. Exemplificado a partir do argumento abaixo transcrito:

É claro que as características herdadas dos portugueses foram predominantes. Não andamos de tanga como os índios e nem falamos dialetos africanos. No entanto, temos outros costumes cuja origem se encontra na África e nas tribos indígenas” (...) a língua que falamos, a religião da maioria do povo (católica), o tipo de organização da família, as formas artísticas, os modos de construção e as instituições jurídicas e sociais do Brasil-Colônia vieram de Portugal. Tudo isto representa o que chamamos de bases, de fundamentos portugueses na cultura brasileira”. (RAMOS, 1977:16).

No final da aula talvez o aluno, mesmo auxiliado por um texto imagético, ainda tivesse dúvida não sobre o passado, mas sobre o seu presente, de como visualizar essa mistura natural, porém subtraída em relação ao negro. *Imagem 02* do Livro didático de Luciano Ramos.



Mas na continuidade dessa narrativa reforçaria na continuidade da aula nº 22 que no passado a mistura de raças denominada de miscigenação, originou três outros tipos humanos brasileiros, conforme ilustra o texto imagético a que se vincula a narrativa e a explicação da aula.

A idéia da influência e da acomodação que dá inteligibilidade e, permeia a narrativa das obras analisadas sobre o passado do negro na História do Brasil constitui um aspecto

fundamental dos sentidos construídos nessa escrita. É o que traduz a título de exemplificação do meu argumento, a aula nº 24 sobre “Os africanos e a cultura brasileira” na obra *História do Brasil* de Luciano Ramos:

Você já foi à Bahia? Se foi, teve a oportunidade de visitar a região brasileira que guarda a maior quantidade de elementos das culturas africanas. Mas mesmo se não foi, já deve ter comido ‘acarajé’, ‘vatapá’, abará, ‘efó’ ou ‘caruru’. São comidas baianas, representativas da influência africana na culinária brasileira. A maioria desses pratos é feita com azeite de dendê, assim como os doces – ‘quindim’, ‘munguzá’ ‘cocada’, ‘pé de moleque’ – utilizam coco ou amendoim.(RAMOS, 1977:26).

A narrativa sobre a escravidão, tema tratado também na referida aula dá conta da vinda dos africanos para o Brasil, da diversidade dos grupos a quais pertenciam esses povos, da revolta dos malês. Afirma ainda a narrativa: “Estes negros foram quase dizimados na revolta dos malês. Afirma ainda a narrativa: “Estes negros foram quase dizimados na repressão às revoltas que empreenderam, no século XIX. Antes disso porém, deixaram como herança o traje típico da ‘baiana’, baseado no ‘camisu’ dos escravos”. (RAMOS,1977:27).

Além desse aspecto, a narrativa sobre a escravidão nessa escrita infere como idéias centrais, que em parte foi essa prática que garantiu o sucesso da colonização pela dimensão da mão de obra: “o africano tornou possível a exploração econômica de nossa terra. Do seu exaustivo trabalho diário dependeu, em grande parte, a vitória da colonização portuguesa no Brasil” (RESENDE,1977:58).

Ramos também reconhece nessa experiência passada uma contribuição “dos negros à história do Brasil: o trabalho. Sem eles não teríamos o açúcar, nem o ouro ou qualquer outra riqueza explorada do século XVI ao XIX”, nesse exemplo, potencializada pela interpretação de Alvarenga Peixoto verso escrito no século XVIII: “Estes homens de vários acidentes, pardos e pretos, tintos e tostados, são os escravos duros e valentes, aos penosos serviços acostumados: eles mudam aos rios as correntes, rasgam as serras, tendo sempre armados da pesada alavanca e duro malho os fortes braços feitos ao trabalho...”. (RAMOS,1977:27).

Nesse aspecto do trabalho é uma categoria central na narrativa que organiza, portanto, diversos sentidos sobre o passado do negro na História do Brasil. Retomados como temática na abordagem sobre o Brasil no período Imperial, sobretudo quando da questão

em torno da substituição da mão de obra no contexto da crise do regime escravocrata precipitado na primeira metade do século XIX.

Nesse sentido, faço referência de exemplificação a narrativa da obra *História Fundamental do Brasil* de Luciano Ramos. Segundo o autor, a abolição é resultante de um processo gradual dividido em duas etapas “bem caracterizadas: 1810 -1850 – pressão da Inglaterra para abolição do tráfico, dela resultou a Lei de abolição do tráfico de 1831 que não foi cumprida. 1850-1888 realização da abolição gradualmente através de diversas leis abolicionistas” (RAMOS, 1977: 94). As leis abolicionistas dão o tom do processo e não ação dos sujeitos.

Todos esses aspectos singularizam e ao mesmo tempo situam características da escrita didática da história na década de 1970 e, constrói uma narrativa sobre o negro na interpretação da História do Brasil. Essa narrativa no conjunto das obras analisadas foi adensada pelas imagens que remetem às experiências do negro nesses processos. Quais são portanto, essas representações?

3. Imagens que representam o passado do negro na escrita didática na década de 1970

Outro aspecto singular na escrita didática analisada nesse estudo são as imagens que ilustram a narrativa sobre o negro nessas obras. Elas, em função da sua força comunicativa e, menos pela criatividade ou atrativo visual, adensam os sentidos da narrativa e se constituem num elemento fundamental na construção de uma interpretação sobre a experiência passada do negro na História do Brasil.

Todas as obras são representativas desse potencial comunicativo, com maior expressão nesse aspecto *História do Brasil*, de Maria Januária Vilela Santos e *História do Brasil*, de Luciano Ramos, tanto pelo critério da quantidade quanto no adensamento da narrativa que elas potencializam. Na perspectiva de Chartier (1990:17) as representações podem ser consideradas como “realidade de múltiplos sentidos”.

De uma forma geral, as imagens, no conjunto das obras, têm como especificidade terem sido produzidas especificamente para a obra. Nesse sentido, observa-se que a inserção de imagens com autoria tem pouca representatividade. Nesse grupo se enquadram

alguns quadros de Rugendas, reproduzidos ou adaptados sem cuidado com a identificação dos créditos, referências temporais, por exemplo.

Sobre as imagens, portanto, gostaria de destacar na minha discussão quatro aspectos resultados da minha análise: primeiramente, há um lugar comum da representatividade que seria, na narrativa sobre: 1º colonização, 2º formação étnica; 3ª Trabalho e, 4º lutas contra os inimigos, cuja maior expressão teria sido a Insurreição Pernambucana.

Além desse aspecto, é relevante chamar atenção para alguns momentos da narrativa sobre o Brasil, onde está completamente ausente um sentido de representação através das imagens: na narrativa sobre a formação do Estado Nacional e na construção e efetivação do Brasil como República. Dessa forma, está ausente, sobretudo a noção de sujeito nesses processos históricos.

Outro aspecto significativo no conjunto das imagens presentes nessa escrita diz respeito a contradição na representação do sentido dado à libertação, portanto as que remetem ao fim da escravidão. A limitação da liberdade e, sobretudo a quase impossibilidade da sua concretização; posto que as imagens reproduzem a continuidade e a imobilidade da experiência. Não há lugar para a mudança, somente a permanência.

Considerações finais

Tão parciais quando os dados aqui tratados nesse texto são as considerações que o encerram. O tom descritivo da discussão que aparece numa boa parte do texto deve-se a um estudo em desenvolvimento. Não obstante, me parece nesse momento ser fundamental inferir algumas amarrações sobre o que foi apresentado, a partir da leitura das minhas fontes:

1. A narrativa da colonização é o grande marco temporal que organiza a distribuição da experiência do negro na escrita didática da história produzida na década de 1970. Nesse marco temporal se concentra, não apenas a maior quantidade de fatos sobre essa experiência, como exprime um lugar de interpretação para a história como passado desse grupo social na experiência brasileira. Isso implica a meu ver, que uma revisão dessa escrita deve iniciar pela abordagem da escrita didática desse período.

2. A cultura é o grande o foco temático predominante nessa escrita para inferir um conhecimento sobre a participação do negro na História do Brasil. É porta de entrada para as representações e sentidos da experiência do negro, expressos na construção dos sentidos e argumentos e relações conceituais sobre miscigenação, evolução dos grupos humanos dentro do processo de colonização, herança cultural, acomodação, cruzamento ou fusão racial, entre os mais expressivos.

3. Mais do que problematizar a distribuição da experiência do negro na História do Brasil na escrita didática, coloco como fundamental a problemática sobre a abordagem. E nesse sentido, vejo como imprescindível a possibilidade levantada por estudos como de se constituírem elementos não apenas de comparação no sentido de percebemos as mudanças e as permanências ocorridos nessa escrita. Uma vez que este seria um procedimento e ao mesmo tempo um princípio para entender a maturidade da escrita em seu percurso temporal. Mas, sobretudo, uma prática de escrita que requer mudanças, na orientação dessa interpretação. E isto a meu ver, é um aspecto fundamental para problematizar o uso dessa escrita no ensino de história, que de forma alguma pode prescindir da releitura dessa prática de produção do saber histórico que é a escrita didática sobre o negro.

4. A escrita didática produzida na década de 1970 enxerga o aspecto da diversidade étnica como base formativa do povo brasileiro. Contudo, o problema e um dado ao mesmo tempo, é a abordagem, o tratamento, a interpretação. E, nesse sentido, penso que o atraso na incorporação do diálogo não seria suficiente como justificativa. Esse dado para a possibilidade da reescrita, por exemplo, no contexto atual, levanta uma indagação: É uma questão resolvida na fronteira disciplinar entre a história e a pedagogia ou na intensificação do diálogo com produção e a revisão historiográfica? Argumento pelo segundo caminho. Pensar a dimensão das mudanças na reescrita didática é ao mesmo tempo uma necessidade inerente desse gênero quanto uma questão que não pode jamais abstrair da incorporação de uma revisão norteada pela avaliação, releitura da escrita anterior. Isso quer dizer que não somente as demandas atuais devem ser consideradas nessa reescrita.

5. A escrita remete à história do negro apenas como passado. Não há entendimentos construídos sobre o presente. Exceto quando do uso de analogias em alguns assuntos

tratados nas obras. Esse dado infere no meu entendimento, mais uma questão que dever orientar a revisão da escrita didática, como posta no momento em discussão.

Referencias Bibliográficas

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FREITAS, Itamar. História Regional para a escolarização básica no Brasil: o livro didático em questão (2006/2009). São Cristovão: Editora UFS, 2009

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil. De Varnhagem a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2000.

RUSEN, Jorn. Razão histórica: Teoria da história; Tradução de Estevão Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001

Fontes: Livros didáticos de História escritos na década de 1970

ABRAMO, Alcione. História do Brasil – colônia: 5.^a série, 1.^o grau. São Paulo, 5.^a Ed. do Brasil, 1975.

SANTOS, Maria Januária Vilela. História do Brasil: 5.^a série 1.^o grau. 6.ed. Ática, São Paulo, 1975.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. História fundamental do Brasil; Estudo dirigido e pesquisa. 9.^a ed. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1977

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. História fundamental do Brasil; Estudo dirigido e pesquisa. 7.^a ed. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1977

RAMOS, Luciano. História do Brasil 2^o VOLUME, 1977.